

**Parecer****Despacho/Deliberação**

1) Aprovado.
2) O relatório evidenciar as dificuldades ocorridas no decurso do 1º trimestre, particularmente no domínio de execução orçamental, com atraso na aquisição de serviços, nomeadamente sub-contratação para área de SI, com impacto no atingimento das metas propostas.
3) Perante o contacto do Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração da SPMS, 9/6/16

N.º: **051/DPDO/2016**Data: **09 de junho de 2016**Assunto: **RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE 2016****Finalidade**

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), Relatório de Monitorização do Plano de Atividades e Orçamento, 4º Trimestre.

Análise

2. O desenvolvimento, implementação e divulgação de um Plano de Atividades são requisitos legais previstos nos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro¹ do Ministério das Finanças. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do *supracitado* decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.
3. O presente relatório além da execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2016 dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do n.º 4 do artigo 61º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15º dos Estatutos da SPMS.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.



4. Este relatório tem por objetivos:

- I. Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS;
- II. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- III. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

Conclusão

5. Finalizado que se encontra este relatório, torna-se necessário obter a aprovação do Conselho de Administração.

Proposta

6. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:
- a. Aprovação do Relatório de Monitorização do Plano de Atividades e Orçamento, 1º Trimestre de 2016, que junto se anexa.
 - b. Divulgação via email aos Diretores da SPMS, EPE e publicação no site.
 - c. Envio à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

À consideração superior,

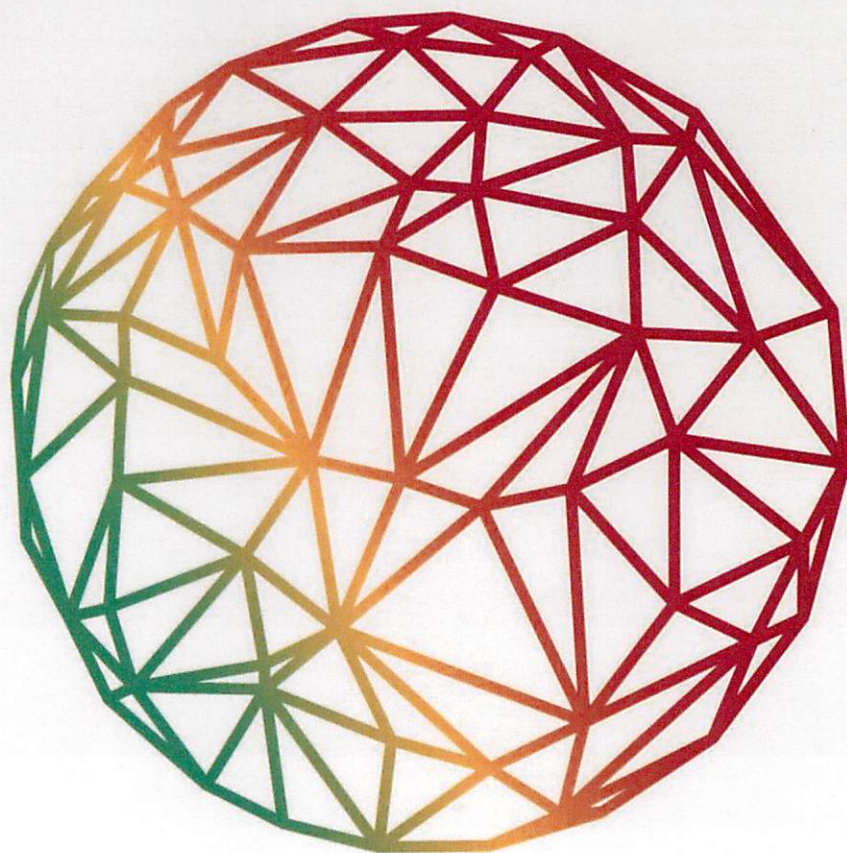
DIREÇÃO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO
ORGANIZACIONAL

**Manuela
Rolim**

Assinado de forma digital por Manuela Rolim
DN: cn=Manuela Rolim, o=Serviços
Partilhados do Ministério da Saúde,
ou=Direção de Planeamento e
Desenvolvimento Organizacional,
email=manuela.rolim@spms.min-saude.pt,
c=PT
Dados: 2016.06.09 16:40:47 +01'00'

Manuela Rolim

Anexo: RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 1º TRIMESTRE DE 2016.



Relatório de Monitorização
do
Plano de Atividades e Orçamento

1.º Trimestre de 2016



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I. Introdução.....	2
II. Execução do Plano de Atividades	4
1. Enquadramento.....	4
2. Metodologia de Monitorização.....	5
3. Execução Global.....	6
4. Notas à Execução do PA	7
III. Execução do orçamento	10
5. Análise Orçamental Global.....	10
6. Execução da receita com referência a 31 de março de 2016.....	10
7. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2016	13
IV. Demonstrações Financeiras.....	16
1. Balanço.....	16
2. Demonstração de Resultados	17
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	18
4. Notas às Demonstrações Financeiras.....	19
V. Indicadores.....	23
VI. Conclusões	24



I. Introdução

O desenvolvimento, implementação e divulgação de um Plano de Atividades são requisitos legais previstos nos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro¹ do Ministério das Finanças. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do supracitado decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

O presente relatório além da execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2016 dos Serviços Partilhados do Ministério da saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)², integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro³, do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março⁴, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

Este relatório tem por objetivos:

- i. Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS;
- ii. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- iii. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

No dia 25 de setembro de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 209/2015 que estabeleceu o regime da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «SomosContas» e «Somos Pessoas» para a SPMS.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.

³ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

⁴ Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.



As posições jurídicas compreendem a universalidade de bens e direitos detidos por cada uma daquelas entidades e afeta o exercício das atividades em causa, abrangendo todo o ativo e passivo, património físico e jurídico e posições em contratos em vigor que integram aquelas universalidades.

As contas da SPMS do 1.º trimestre de 2016 refletem o reconhecimento contabilístico da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas acima referidos (adiante ACEs SOMOS), não tendo ainda sido concretizado o aumento de capital que possibilitará a liquidação dos passivos transmitidos.

Neste contexto, a SPMS mantém-se abrangida pelo regime previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

II. Execução do Plano de Atividades

1. Enquadramento

A análise da execução do 1º trimestre do PA 2016 baseou-se nos Objetivos Estratégicos (OE) e Objetivos Operacionais (OOP) previstos no Plano Estratégico 2014-2016 e no respectivo PA de 2016, tendo por base uma autoavaliação realizada pelos Diretores sobre grau de execução dos Objetivos Operacionais, Indicadores e Atividades à data de 31 de março de 2016.

Decorrentes do Plano Estratégico 2014-2016, foram considerados no PA de 2016 os seguintes Objetivos Estratégicos:

- OE1: Reforçar a governação nas TIC e nas compras;
- OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do SNS /MS;
- OE3: Otimizar os recursos do Serviço Nacional de Saúde (SNS)/Ministério da Saúde (MS) e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS;
- OE4: Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços;
- OE5: Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS;
- OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores.

Estes OE refletem a organização da SPMS em duas áreas:

- Área de negócio que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

O Plano de Atividades de 2016 assentou numa lógica de planeamento em cascata, na qual para cada OE foram definidos objetivos operacionais (OOP), indicadores e atividades que garantam o seu cumprimento. Assim, o PA 2016 é constituído por 6 Objetivos Estratégicos, que enquadram 53 Objetivos Operacionais, decompostos em 115 indicadores e 189 atividades.



2. Metodologia de Monitorização

Para a monitorização da execução do PA 2015 solicitou-se aos Diretores da SPMS que autoavaliassem o cumprimento dos indicadores, bem como o estado das atividades previstas, para cada OOP e OE.

Cada indicador foi avaliado face ao cumprimento da meta planeada, tendo sido atribuídos diferentes ponderações de acordo com o estado de realização do mesmo. Assim, foram atribuídos as seguintes estados e correspondentes ponderações:

- 1 - Superado (ponderação 1,2);
- 2 – Cumpre (ponderação 1);
- 3 – Não cumpre (ponderação 0).

Cada atividade foi avaliada face à execução da mesma, tendo sido atribuídos diferentes estados. Assim, foram atribuídos as seguintes estados:

- 1 - Concluída;
- 2 – Em curso;
- 3 – Não iniciada;

De acordo com esta autoavaliação apresenta-se a execução do PA segundo duas perspetivas:

- Uma monitorização global por Objetivo Estratégico, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OE. Neste caso, cada OE foi avaliado de acordo com o grau de execução dos seus indicadores:
 - Consideram-se superados os OE que traduzam um cumprimento de mais de 80% indicadores definidos.
 - Consideram-se cumpridos os OE que traduzam um cumprimento entre 60% e 80% dos indicadores definidos.
 - Consideram-se não cumpridos os OE que não traduzam um cumprimento de pelo menos 60% indicadores definidos.

O cumprimento do OE é avaliado com a média ponderada do estado dos indicadores que a compõem.

- Uma monitorização por Objetivo Operacional, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OOP. Neste caso, para cada OOP foi apresentado o número de indicadores por grau de execução (Superado, Cumpre, Não cumpre).

3. Execução Global

O quadro seguinte permite uma análise global evidenciando para cada OE o estado dos indicadores que o compõe.

Objetivos Estratégicos	Indicadores por OE			Total	% Realização
	1	2	3		
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras		3	13	16	19%
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	3	5	27	35	25%
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	1		13	14	9%
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	4	3	21	28	28%
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	2	2	4	8	55%
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	1	2	11	14	23%
Total	11	15	89	115	25%

Legenda do Estado de Execução: 1 - Supera; 2 - Cumpre; 3 - Não cumpre.

Segundo a metodologia utilizada pode inferir-se um cumprimento do plano de 25% (considerando 115 indicadores avaliados).

Dos indicadores monitorizados (n=115) verifica-se que: i) 10% (n=11) foram superados; ii) 13% (n=15) foram atingidos; iii) 77% (n=89) ainda se encontram por atingir.

O quadro abaixo descreve o grau de execução das atividades previstas para cada OE.

Objetivos Estratégicos	Atividades Planeadas			Total
	1	2	3	
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	9	14	4	27
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	7	37	2	46
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	2	20	9	31
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	2	23	25	50
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS		8	8	16
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	1	6	12	19
Total	21	108	60	189

Legenda do Estado: 1: Concluídas; 2: Em curso; 3: Não Iniciadas.

A autoavaliação realizada pelos diretores permite inferir que foram monitorizadas **189** atividades constantes do plano. Das atividades monitorizadas verifica-se que: i) 11% (n=21) das atividades foram concluídas; 57% (n=108) encontram-se em curso; e 32% (n=60) ainda se encontram por iniciar.



4. Notas à Execução do PA

Ao longo do primeiro trimestre de 2016, a SPMS cumpriu a sua missão respeitando os valores e princípios que assumiu no Plano Estratégico. Confirma-se uma execução positiva do PA de 25%, como resultado das ações implementadas que envolveram toda empresa, implicando a afetação de recursos humanos, materiais e financeiros.

A atividade da SPMS é alvo de constrangimentos internos e externos relacionados com o próprio modelo de financiamento, as cativações a que está sujeita, as limitações no reforço da capacidade interna e nas aquisições de serviços, a necessidade de garantir a *compliance* dos sistemas de informação de todo o SNS, face à frequente publicação de legislação com impacto muito significativo nos mesmos e datas de implementação apertadas.

Este trimestre foi fortemente influenciado pelas orientações e medidas assumidas pelo XXI Governo Constitucional, que, na sua maioria, implicam uma forte aposta no reforço e melhoria dos sistemas de informação atuais e no desenvolvimento de novos serviços para o utente e para as Instituições de Saúde, bem como no reforço das atividades no âmbito da Central de Compras da Saúde, áreas core atualmente na competência da SPMS.

A SPMS viu reforçadas as suas competências nas áreas dos Sistemas de Informação e das Compras Públicas, nomeadamente, com a publicação de um conjunto de diplomas (elencadas no Anexo I) cujo impacto foi muito significativo na atividade a realizar e que não se encontravam previstas à data da execução do Plano de Atividades de 2016.

Como medidas decorrentes da ação do XXI Governo Constitucional, em curso neste trimestre, destacam-se:

- Operacionalização da obrigatoriedade de centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e órgãos e serviços do Ministério da Saúde, devendo esta ser assegurada pela SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (*Despacho n.º 1571-B/2016, de 01 de fevereiro, do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde*);
- Reforço das competências da Central de Compras da Saúde na área das Compras Transversais, nomeadamente, com a gestão centralizada de frotas e de comunicações de voz e dados para todas as instituições do SNS;
- Desenvolvimento e manutenção do Portal do SNS e de todos os sites das instituições do SNS, com reforço da imagem de marca do SNS, simplificação e normalização do acesso às funcionalidade comuns, permitindo ao cidadão uma maior usabilidade.



- Desenvolvimento da Área da Transparência, incluída no portal do SNS, como medida de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS. Esta área foi disponibilizada a partir de 1 de fevereiro de 2016;
- Reforço das atividades no âmbito da aplicação Prescrição Eletrónica Médica (PEM) de modo a assegurar a sua disponibilização e adoção obrigatória em todo o SNS;
- Incremento das atividades de alargamento da Receita sem Papel, com vista a garantir uma cobertura de 100% das instituições no SNS logo no primeiro trimestre, tendo esse objetivo sido cumprido.
- Preparação da consulta pública para informar e envolver os cidadãos e demais interessados no processo de preparação do procedimento concursal para exploração do futuro Centro de Contacto do SNS. Este Centro de Contacto visa disponibilizar ao cidadão, de uma forma integrada e através de um ponto de contacto único, multicanal, um conjunto de informações e serviços que facilitam o acesso e simplificam a utilização do SNS.
- Adaptação dos sistemas de informação para melhorar a referenciação para as urgências, permitido a eliminação das taxas moderadoras sempre que o utente seja referenciado, e melhorando a informação e integração de cuidados.
- Implementação do Voucher Eletrónico de Transporte Não Urgente de Doentes com vista à reposição do direito ao transporte não urgente de doentes, tendo em vista garantir o acesso aos cuidados de saúde de acordo com as condições clínicas e económicas dos utentes do SNS. A reformulação deste sistema irá disponibilizar mais informação ao doente e cuidador, permitir desmaterialização do processo de gestão de transporte de doentes, eliminar erros de faturação, e contribuir para o combate à fraude e consequente redução e racionalização da despesa com os transportes.
- Disponibilização do BI de Recursos Humanos que facilita a caracterização dos RH da Saúde, o acompanhamento dos encargos com RH, a realização de estudos/planeamento e previsões de RH da Saúde.
- Criação de um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA, que facilite o acesso e a liberdade de escolha dos utentes no SNS, nomeadamente no que diz respeito a áreas onde o tempo de resposta ainda é significativo: consultas de especialidade, internamentos e meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica.
- Início do projeto Livre Acesso e Circulação (LAC). O LAC permite que o cidadão quando necessita de uma primeira consulta de especialidade hospitalar possa, em articulação com o médico de família responsável pela referenciação, optar por qualquer uma das instituições hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), onde exista a especialidade em causa. Este processo de referenciação



contribui para a implementação gradual do SIGA SNS – Sistema Integrado de Gestão do Acesso no SNS, prioridade definida no Programa do XXI Governo Constitucional para a Saúde.

- Adaptação dos Sistemas de Informação para operacionalizar as medidas a definir no SIMPLEX da Saúde que simplifiquem os procedimentos relativos ao acesso e utilização do SNS, nomeadamente reforço nos projetos de desmaterialização de receitas (Receita sem Papel), projetos relacionados com os serviços a disponibilizar no âmbito da saúde infantil e juvenil, e novos processos a desmaterialização de certificados, tais como certificados de carta de condução, certificados multiusos, entre outros.
- Adaptação dos sistemas de informação para operacionalizar as medidas no âmbito do Programa de Detecção e Luta contra a Fraude;
- Início do piloto nos cuidados dentários nos cuidados de saúde primários, com vista ao aumento do acesso a cuidados de saúde orais e reforço da capacidade de atuação dos CSP.
- Modernização e integração das tecnologias da informação e as redes existentes de forma a manter as pessoas mais idosas e os doentes por mais tempo no seu ambiente familiar, desenvolvendo a telemonitorização e a telemedicina;
- Reforço e adaptação dos Sistemas de Informação para operacionalizar a abordagem integrada e de proximidade da doença crónica através da criação de um programa de prevenção para a Gestão Integrada da Doença Crónica, cobrindo a hipertensão, a diabetes, a doença cardiovascular e a doença oncológica;
- Alargamento da PDS ao sector privado e social e reforço das funcionalidades existentes, nomeadamente no que se refere ao Registo de Saúde Eletrónico, enquanto instrumento indispensável à gestão do acesso com eficiência, equidade e qualidade.

Face à necessidade de responder a estes novos desafios, a SPMS sentiu necessidade de rever a sua estrutura orgânica e de reforçar os seus recursos internos. Em 1 de março de 2016, o novo Regulamento Interno foi homologado pelo Secretário de Estado da Saúde, nos termos do disposto na alínea I) do artigo 8.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo DL 19/2010, de 22 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, e Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro.

Neste sentido, considera-se que a SPMS tem vindo a atingir os objetivos preconizados na sua estratégia, considerando a execução de 25% do plano no primeiro trimestre. Contudo, face às novas competências assumidas e à nova orgânica plasmada no Regulamento Interno agora em vigor, pretende-se fazer uma reavaliação do Plano de Atividades no segundo trimestre de 2016, tendo em vista a sua adequação às atuais responsabilidades da SPMS.

III. Execução do orçamento

5. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos.

Resumo da execução orçamental (Unid Monetária: Euros)	março 14	março 15	março 16
Total de Recebimentos	2.249.899,00 €	3.756.068,00 €	1.459.653,00 €
Saldo de gerência anterior	12.722.631,00 €	15.813.695,00 €	2.721.950,00 €
Total de Pagamentos	3.096.335,00 €	7.439.460,00 €	3.409.956,00 €
Saldo	11.876.195,00 €	12.130.303,00 €	771.647,00 €

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No primeiro trimestre de 2016 a SPMS utilizou o saldo de gerência do ano anterior, no valor de 2.721.950€, para fazer face a alguns pagamentos, no entanto no decurso do ano a situação será regularizada.

6. Execução da receita com referência a 31 de março de 2016

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS										
MAR15		Un: euro								
Descrição	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cobrada ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. F Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[2]+[3]-[4]-[7]	[10]=[7]/[1]
4.1.2 R06.09 RESTO DO MUNDO	31.646 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
4.8.0 R06.09 RESTO DO MUNDO	761.413 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0 R05.03 JUROS - ADMINISTRACOES P	60.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0 R07.02 SERVICOS	59.767.350 €	4.597.306 €	226.582 €	496.247 €	147.021 €	1.312.632 €	1.459.653 €	- €	2.867.988 €	2,4%
5.1.0 R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	15.813.695 €	- €	2.721.950 €	- €	2.721.950 €	- €	2.721.950 €	- €	- €	17,2%
	76.434.104 €	4.597.306 €	2.948.532 €	496.247 €	2.868.971 €	1.312.632 €	4.181.603 €	- €	2.867.988 €	5,5%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 5,5%.

À data deste relatório a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS ainda não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde os valores referentes ao primeiro trimestre, no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade, devido ao facto do mesmo ainda não estar homologado pelas tutelas.



Além disso, o atraso na aprovação do Orçamento do Estado para 2016 impossibilitou o recebimento dos correspondentes duodécimos, referentes à transferência que em 2016 foi orçamentada para a SPMS (28.000.000€).

O valor do saldo de gerência do ano anterior ascendeu a 2.721.950€, e foi usado para efetuar pagamentos de despesas correntes, incluindo vencimentos, evitando, assim, a geração de pagamentos em atraso, conforme definido pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro⁵.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de março.

Receita (Unidade Monetária: Euros)	março 14	março 15	março 16
Valor Orçamentado	71.618.778,00 €	70.714.934,00 €	76.434.104,00 €
Valor Executado	14.972.530,00 €	19.569.763,00 €	4.181.603,00 €
Taxa de Execução	20,91%	27,67%	5,47%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

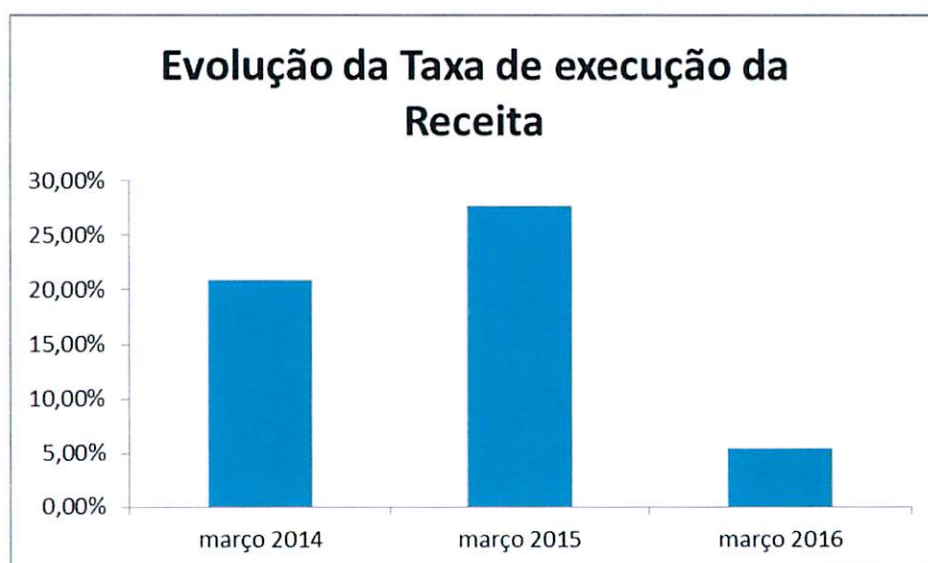


Figura 4 – Evolução da taxa de execução da receita

⁵ Alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 11 de março.



No 1º trimestre os recebimentos provenientes do contrato celebrado entre a SPMS e a ACSS e dos serviços partilhados têm a mesma ordem de grandeza. No entanto, no decurso do ano a estrutura da receita irá refletir o peso significativo do contrato-programa.



Figura 5 – Estrutura das receitas

A taxa de execução do Contrato-Programa reflete apenas um pagamento referente a uma dívida proveniente do ano anterior.

Componentes do Contrato-Programa (Unidade Monetária: Euros)	Valor	Cobrança	% de execução
Manutenção - Contínuo	28.000.000,00 €	- €	0%
Projetos em desenvolvimento	9.162.208,50 €	615.000,00 €	7%
PRITIC	12.302.014,13 €	- €	0%
Total	49.464.222,63 €	615.000,00 €	1%

Figura 6 – Taxa de execução das componentes do Contrato-Programa



7. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2016

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
MAR15									Un: euro
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fi Agrup. Designação	[1]	[2]	[3] = [1] - [2]	[4]	[5]	[6] = [3] - [4]	[7] = [3] - [5]	[8] = [4] - [5]	[9] = [5] / [3]
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	395.826 €	- €	395.826 €	- €	- €	395.826 €	395.826 €	- €	0,0%
4.8.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	815.413 €	- €	815.413 €	769 €	756 €	814.644 €	814.657 €	13 €	0,1%
5.1.0 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E P	6.368.532 €	- €	6.368.532 €	2.739.744 €	1.469.259 €	3.628.788 €	4.899.273 €	1.270.485 €	23,1%
5.1.0 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVER	233.370 €	- €	233.370 €	120.413 €	48.698 €	112.957 €	184.672 €	71.715 €	20,9%
5.1.0 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.894.583 €	- €	1.894.583 €	760.029 €	315.424 €	1.134.554 €	1.579.159 €	444.605 €	16,6%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	1.024.155 €	77.363 €	946.792 €	339.699 €	28.578 €	607.093 €	918.214 €	311.121 €	3,0%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	36.199.014 €	6.098.416 €	30.100.598 €	10.916.275 €	1.132.094 €	19.184.324 €	28.968.504 €	9.784.181 €	3,8%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	7.394.478 €	1.343.491 €	6.050.987 €	349.369 €	337.770 €	5.701.617 €	5.713.217 €	11.600 €	5,6%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	5.925.479 €	- €	5.925.479 €	757.138 €	77.377 €	5.168.341 €	5.848.102 €	679.761 €	1,3%
5.2.0 D04.03 ESTADO (SALDO)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
	60.251.850 €	7.519.270 €	52.732.580 €	15.983.436 €	3.409.956 €	36.749.144 €	49.322.624 €	12.573.480 €	6,5%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 6,5%, abaixo da taxa padrão de 25%. Com a aprovação do contrato programa e a operacionalização do Orçamento do Estado para 2016, espera-se recuperar o atraso na execução, agora verificado.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de março.

Despesa (Unidade Monetária: Euros)	março 14	março 15	março 16
Valor Orçamentado	55.805.564,00 €	54.532.680,00 €	60.251.850,00 €
Valor cativo	8.133.082,00 €	7.519.270,00 €	7.519.270,00 €
Valor Executado	3.096.335,00 €	7.439.460,00 €	3.409.956,00 €
Taxa de Execução	6,50%	15,82%	6,47%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa

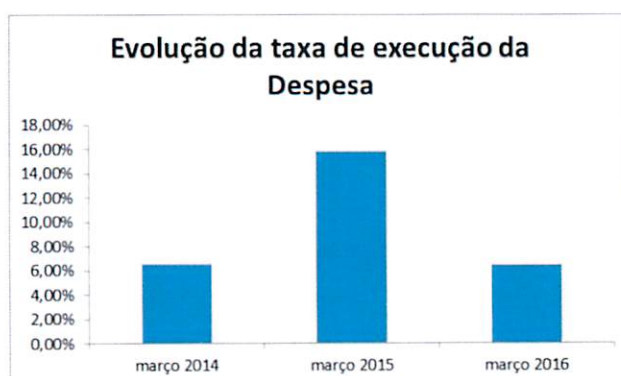


Figura 9 – Evolução da taxa de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.

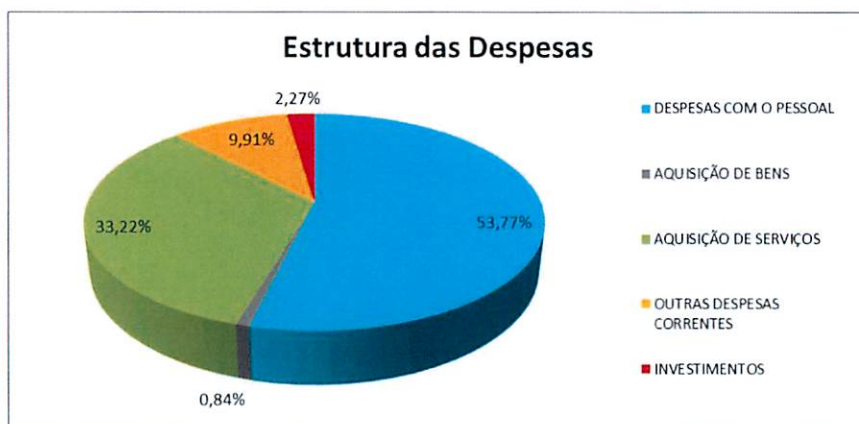


Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago no 1º trimestre, 54% corresponde a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social), 33% a aquisição de serviços e 10% a outras despesas correntes (IVA e outros impostos).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa apresentada em março de 2015 foi superior à despesa no 1º trimestre de 2016, principalmente ao nível de aquisição de serviços, outras despesas correntes e investimento, devido ao contexto particular do 1.º trimestre de 2016, tal como referido acima.

Despesa por subagrupamento (Unidade Monetária: Euros)	março 15	março 16	Varição
Despesas com o pessoal	1.699.391,00 €	1.833.381,00 €	133.990,00 €
Aquisição de bens	56.228,00 €	28.578,00 € -	27.650,00 €
Aquisição de serviços	4.610.736,00 €	1.132.850,00 € -	3.477.886,00 €
Outras despesas correntes	866.311,00 €	337.770,00 € -	528.541,00 €
Investimento	206.794,00 €	77.377,00 € -	129.417,00 €
Total	7.439.460,00 €	3.409.956,00 € -	4.029.504,00 €

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento



Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de pagamentos por linha de serviço.

Pagamentos a 31-03-2016 por Linha de Serviço			
LS	Linha de Serviço	Direção	Valor c/IVA
1	Licenciamento	DSI	12.288 €
2	Comunicações, Infraestrutura, Produção e Segurança	DSI	248.563 €
3	Sistemas de Registos Centrais e BI	DSI	55.996 €
4	Sistemas de Informação Financeira	DSI	28.976 €
5	Sistemas de Informação Clínicos	DSI	139.200 €
7	Sistemas Locais e Transversais	DSI	66.977 €
8	Suporte às aplicações internas da ACSS	DSI	3.804 €
10	Projetos Internacionais e Interoperabilidade Semântica	DSI	141.641 €
11	Centro de Suporte	DSI	32.270 €
12	Unidade de Aprovisionamento	DCT	110.424 €
14	Unidade de Apoio Geral	UAG	149.637 €
16	Direção de Compras da Saúde	DCS	22.790 €
17	Direção de Recursos Humanos	DRH	1.882.497 €
18	Serviços Internos Financeiros	DF	358.512 €
20	Direção Financeira	DF	452 €
21	Serviços Partilhados de Recursos Humanos	DRH	9.882 €
22	Direção Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	DPDO	5.166 €
23	Direção de Comunicação e Relações Públicas	DCRP	33.642 €
24	Direção Assuntos Jurídicos e Contencioso	DAJC	107.240 €
Total Geral			3.409.956 €

Figura 12 – Estrutura de pagamentos por Linha de Serviço

Como se pode verificar, a linha de serviço que assume maior despesa é a denominada por “Direção de recursos humanos”, devido ao pagamento dos vencimentos do 1.º trimestre.



IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 31 de março de 2016

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.Mar.16	31.mar.15
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos Fixos Tangíveis	2.327.459,14	1.384.530,42
Activos Intangíveis	474.049,68	0,00
	2.801.508,82	1.384.530,42
Activo Corrente		
Clientes	2.867.988,37	1.621.558,51
Estado e Outros Entes Públicos	875.574,59	601.558,44
Accionistas/Sócios	362.651,38	-
Outras contas a receber	8.083.671,84	9.930.554,24
Diferimentos	99.378,63	2.538,18
Caixa e depósitos bancários	1.903.846,85	12.265.192,39
	14.193.111,66	24.421.401,76
Total do Activo	16.994.620,48	25.805.932,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultados Transitados	-23.718.045,91	9.489.274,93
Resultado líquido do exercício	1.377.753,29	4.076.788,82
Total do capital próprio	-16.340.292,62	19.566.063,75
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	617.335,25	260.000,00
Financiamentos obtidos	21.483.492,57	-
	22.100.827,82	260.000,00
Passivo Corrente		
Fornecedores	4.124.170,61	2.875.480,76
Estado e outros entes públicos	830.128,53	1.817.601,30
Financiamentos obtidos	1.333.573,08	-
Outras contas a pagar	4.946.213,06	1.286.786,37
	11.234.085,28	5.979.868,43
Total do passivo	33.334.913,10	6.239.868,43
Total Capital Próprio e do Passivo	16.994.620,48	25.805.932,18



2. Demonstração de Resultados



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas período findo em 31 de março 2016

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	31.Mar.16	31.Mar.15
Vendas e serviços prestados	530.844,13	10.211.454,39
Subsídios à exploração	7.000.000,00	1.297,23
Fornecimentos e Serviços Externos	(3.248.701,12)	(2.528.755,48)
Gastos com o Pessoal	(1.835.047,57)	(1.724.976,81)
Outros rendimentos e ganhos	86.798,00	13.389,97
Outros gastos e perdas	(148.973,86)	(118.826,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.384.919,58	5.853.583,04
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(339.578,29)	(269.063,56)
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)	2.045.341,29	5.584.519,48
Juros e rendimentos similares obtidos		-
Juros e gastos similares suportados	(158.463,79)	-
Resultado antes de Impostos	1.886.877,50	5.584.519,48
Imposto sobre o rendimento	(509.124,21)	(1.507.730,66)
Resultado líquido do período	1.377.753,29	4.076.788,82



3. Demonstração dos Fluxos de Caixa



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa período findo em 31 de março de 2016
(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.Mar.16	31.Mar.15
<i>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes	1.401.713,80	3.754.266,10
Pagamentos a fornecedores	(1.164.171,74)	(5.243.172,58)
Pagamentos ao pessoal	(1.522.965,56)	(1.402.247,53)
Caixa gerada pelas operações	(1.285.423,50)	(2.891.154,01)
Pagamento / recebimento de impostos sobre o rendimento	-	(482.191,00)
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Op	(141.264,16)	(696.316,19)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	(1.426.687,66)	(4.069.661,20)
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	67.477,16	(207.276,90)
Activos intangíveis	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	(1.359.210,50)	(4.276.938,10)
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(1.211.636,50)	(4.276.938,10)
Efeito das diferenças de câmbio		-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.115.483,35	16.542.130,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.903.846,85	12.265.192,39



4. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/ linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

No 1º trimestre de 2016 os valores em dívida de clientes aumentaram face ao período homólogo do ano anterior. O principal montante em dívida é o da ACSS (2,6M€) referente a “projetos em desenvolvimento” e ao “PRITIC” que provinha de 2015. Este valor foi recebido durante o mês de Abril de 2016.

Outras contas a receber

Esta rubrica contempla as dívidas a receber provenientes da transmissão das posições jurídicas dos ACES's.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Caixa e Depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

O valor de 2016 reduziu-se significativamente face ao ano anterior devido à entrega do saldo de gerência de 2014.



Capital

O capital estatutário de 6.000.000€ da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 31 de março 2016.

Resultados transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 4.043.591,30€, foi transferido para resultados transitados.

Em 2015 esta rubrica sofreu ainda uma diminuição de 15.813.695€ por via da entrega ao Tesouro do saldo de gerência de 2014 e de 21.437.217€ por via da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS operada pelo Decreto-Lei n.º 209/2015, o que levou a que o capital próprio da SPMS passasse a assumir valores negativos.

Nesta matéria salientar, que se encontram em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, em ordem ao financiamento das responsabilidades creditícias transmitidas *ope legis* pelo supracitado diploma legal (e.g. dívida bancária, fornecedores e outros credores).

Provisões

A 31 de dezembro de 2015 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 617.335,25 euros referente a processos judiciais em curso.

Financiamentos obtidos

Esta rubrica, quer a componente a médio e longo prazo, quer a componente de dívida a curto prazo, reflete a dívida bancária proveniente dos ACE's SOMOS.

Fornecedores

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um aumento das dívidas a fornecedores, situação temporária até aprovação do contrato celebrado com a ACSS e recebimento dos duodécimos do Orçamento do Estado. Prevê-se a diminuição desta rubrica com o objetivo de reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores, sem comprometer o equilíbrio orçamental.

Estado e Outros entes públicos – Passivo



Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a IRC, IVA e Segurança Social.

Outras contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias, subsídio de férias e os respetivos encargos bem como dividas a outros credores provenientes dos ACE's SOMOS.

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica no 1º trimestre refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades da saúde.

Subsídios à exploração

O valor registado nesta rubrica corresponde ao reconhecimento dos duodécimos da transferência orçamental do Orçamento do Estado, ainda não recebida. Esta verba será recebida através da ACSS.

Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados nesta rubrica referem-se essencialmente a subcontratações no âmbito do contrato programa com a ACSS.

Gastos com o pessoal

No 1º trimestre de 2016, o valor registado nesta rubrica é praticamente igual ao valor registado no período homólogo do ano anterior.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta um valor semelhante face ao mesmo período de 2015.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado durante o ano 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de março de 2016, evidencia um resultado líquido do período de 1.377.753,29€.



Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2016 foram ligeiramente inferiores em relação a 2015, no entanto prevê-se o restabelecimento da normalidade já no próximo trimestre.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um valor inferior face ao período homólogo do ano anterior, atentas as limitações conjunturais do 1.º trimestre de 2016.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior.

Outros Pagamentos/Recebimentos

No 1º trimestre de 2016 o montante desta rubrica é inferior face ao mesmo período de 2015, face à diminuta atividade financeira deste período.

Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica reflete pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo menor no final do período, face à entrega ao Tesouro no 4.º trimestre de 2015 do saldo de gerência apurado.



V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao final do mês de março de 2016 e sua situação face ao limite ou objetivo estipulado em sede previsional.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	março 16	Limite/objetivo
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	1 377 753,29 €	4 490 941,26 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	-96%	-137%
Liquidez geral	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos de Curto Prazo: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,26	1,03
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	-0,49	-0,58
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	2 045 341,29 €	6 250 177,90 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	2 384 919,58 €	8 458 914,55 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	3 248 701,12 €	20 276 288,80 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	7 617 642,13 €	40 279 392,11 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	41 674,62 €	259 682,57 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	5 787,14 €	21 559,43 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	11 588,69 €	143 354,77 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	1 835 047,57 €	8 029 779,52 €
Gastos Operacionais (€)	Rendimentos Operacionais - EBITDA	NA	DR	5 232 722,55 €	31 820 477,56 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	530 844,13 €	39 943 702,15 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais	Volume de Negócios	DR	986%	80%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	5 387,69 €	25 273,24 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	1 401 713,80 €	49 722 004,54 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	1 164 171,74 €	29 361 989,16 €
Prazo médio de pagamento (dias)	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	38,10	33,86
Prazo médio de recebimento (dias)	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	36,91	25,12
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,03	0,74
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	3 458 625,27 €	2 939 852,69 €
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	3 972 858,13 €	2 872 486,39 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	7 000 000,00 €	52 394,22 €

A deterioração dos indicadores da SPMS, especialmente os que refletem o seu capital próprio, está intimamente ligada à transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS para a SPMS.

VI. Conclusões

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. A SPMS assentou a sua ação em elevados critérios de exigência e sentido de serviço público, executando em termos globais os objetivos estratégicos e operacionais inerentes à sua missão e atribuições, em harmonia com os princípios das Políticas de Saúde e Finanças preconizados pelas tutelas.
2. Foram desenvolvidas ações em todos os OE, de acordo com o planeado, sendo certo que alguns dos OOP e das atividades não foram executadas na medida do desejado, devido à elevada dependência do contrato programa, à cativação orçamental a que está sujeita, e a fatores urgentes e imprevisíveis, fruto da conjuntura sociopolítica.
3. O trimestre foi fortemente influenciado pelas orientações e medidas assumidas pelo XXI Governo Constitucional, que, na sua maioria, implicam uma forte aposta no reforço e melhoria dos sistemas de informação atuais e no desenvolvimento de novos serviços para o utente e para as Instituições de Saúde, bem como no reforço das atividades no âmbito da Central de Compras da Saúde, áreas core atualmente na competência da SPMS.
4. A SPMS viu reforçadas as suas competências nas áreas dos Sistemas de Informação e das Compras Públicas, nomeadamente, com a publicação de um conjunto de diplomas (elencadas no Anexo II) cujo impacto foi muito significativo na atividade a realizar e que não se encontravam previstas à data da execução do Plano de Atividades de 2016.
5. O 1º trimestre de 2016 foi fortemente concionado por ainda não tenha sido homologado o contrato programa com a ACSS, o que limita a assunção de compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação;
6. As demonstrações financeiras estão amplamente influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta negativo face ao impacto dos resultados transitados, e o Passivo face ao reconhecimento do Financiamento Bancário;
7. Nesta matéria, é de salientar que se encontram em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, em ordem ao financiamento das responsabilidades creditícias transmitidas ope legis pelo supracitado diploma legal (e.g. dívida bancária, fornecedores e outros credores);
8. Emerge assim uma necessidade de definição da forma de financiamento da SPMS, com vista à liquidação das dívidas que foram transmitidas pelos ACE's SOMOS.

SPMS, em Lisboa, 28 de abril de 2016



Anexo I – Legislação do primeiro trimestre com impacto na atividade da SPMS

- **DESPACHO N.º 3155/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 42/2016, SÉRIE II DE 2016-03-01** - SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Cria, a funcionar junto do Ministério da Saúde, a Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.
- **DESPACHO N.º 3066/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 41/2016, SÉRIE II DE 2016-02-29** - SAÚDE - GABINETE DO MINISTRO
Constitui o Grupo de Trabalho para o Centro de Contactos do Serviço Nacional de Saúde o qual a SPMS preside.
- **DESPACHO N.º 2935-B/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 39/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2016-02-25** - SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Estabelece disposições com vista a impulsionar a generalização da receita eletrónica desmaterializada (Receita Sem Papel), no Serviço Nacional de Saúde, criando metas concretas para a sua efetivação.
- **DESPACHO N.º 2830/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 38/2016, SÉRIE II DE 2016-02-24** Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde
Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Antissépticos, Desinfetantes e Outros.
- **DESPACHO N.º 2504/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 34/2016, SÉRIE II DE 2016-02-18** - SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de Reagentes - Testes Rápidos, no âmbito de concurso público lançado pela Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (CP 2015/73).
- **DESPACHO N.º 2310/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 32/2016, SÉRIE II DE 2016-02-16** SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos diversos, no âmbito de concurso público lançado pela Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (CP 2015/61).



- **DESPACHO N.º 1571-B/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 21/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2016-02-01 - SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**

Determina que é obrigatória a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e órgãos e serviços do Ministério da Saúde, sendo esta assegurada pela SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

- **DESPACHO N.º 987/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 13/2016, SÉRIE II DE 2016-01-2073227940 - SAÚDE - GABINETE DO MINISTRO**

Estabelece disposições sobre a disponibilização pública de informação completa e atualizada sobre o cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG), incluindo os tempos de resposta dos serviços de urgência, nos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - – SPMS responsável pela adaptação dos SI.

- **DESPACHO N.º 898/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 12/2016, SÉRIE II DE 2016-01-19 - SAÚDE - GABINETE DO MINISTRO**

Cria o Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no Serviço Nacional de Saúde onde a SPMS está representada.